

---

PRINCIPAIS TENDÊNCIAS NA SOCIOLOGIA MILITAR  
*LITERATURA E SELECÇÃO BIBLIOGRÁFICA*

---

---

## PRINCIPAIS TENDÊNCIAS NA SOCIOLOGIA MILITAR

### LITERATURA E SELECÇÃO BIBLIOGRÁFICA

---

A área de conhecimento compreendida pela expressão «sociologia militar» é afectada pelo menos por dois tipos de problemas: um que decorre do seu próprio objecto específico — a instituição *militar* — outro, resultante da matriz *sociológica*.

É significativo que se encontre tão atrasado o estudo de uma instituição — presente em todas as sociedades com Estado — que tem sido instrumento determinante no moldar político da História e que hoje detém, *de facto*, os meios para a destruição da humanidade. Paradoxalmente a situação é de atribuir à enorme importância do objecto Forças Armadas. Temos por um lado, não só as razões do próprio segredo militar, como também o isolamento funcional (ao Poder) em que tem sido mantida a instituição militar no seio da sociedade; por outro lado o temor, consciente ou inconsciente, de enfrentar a questão da violência e da sua «administração», temática que investe os valores fundamentais, ou dominantes, da sociedade.

Esta espécie de «remoção cultural», ou de «ideologia civil», segundo a expressão de Janowitz (<sup>1</sup>), tem muitas vezes conduzido a uma apreciação superficial, emotiva, ou de qualquer modo distorcida da instituição militar e à acentuação de características que afinal são comuns a outras instituições e organizações.

Tem a instituição militar encontrado na sociologia a disciplina mais atenta, talvez por parecer a mais adequada a uma análise que no entanto é necessariamente interdisciplinar. Com a sociologia, contudo, ocorre por vezes a tentação que existia em tempos com a filosofia: que o que não se enquadre claramente numa área da competência de um dos outros ramos das ciências (sociais) lhe acabe por ser remetido.

É constante, portanto, a necessidade de averiguar que não se esteja a descarregar para o campo da sociologia um conjunto de problemas só

porque a sua análise política, por exemplo, resultaria incómoda. Não deve, assim, a sociologia limitar a sua análise aos aspectos «técnicos», em vista de uma utilização apenas «administrativa» dos resultados. Parece-nos residir aqui a distinção fundamental entre a perspectivação de uma grande parte dos sociólogos da instituição militar norte-americanos e a de certos sociólogos europeus, principalmente franceses e italianos, que ultimamente se têm dedicado ao estudo dessa problemática que preferem alargar criticamente denominando-a «sociologia da defesa» (2) e que merecera uma selecção bibliográfica própria.

As tendências que sublinhamos, e correspondente bibliografia seleccionada, referem-se, na quase totalidade, à produção norte-americana. Isso deve-se ao facto de se ter a «sociologia militar» desenvolvido principalmente nos Estados Unidos, onde historicamente o sistema exigia o seu papel racionalizador, de que as autoridades conseguiram desde logo aperceber-se.

No entanto, o que uns têm denominado «sociologia militar» outros «sociologia da defesa», outros ainda «sociologia da guerra» tem a ver, realmente, com a fundamental questão do uso da violência e destina-se a adquirir um conhecimento, o mais aprofundado e eficiente possível, de mecanismos que, como acontece na Ciência em geral, poderão, em última análise, ser usados por uns e outros para diferentes fins.

### *Os «clássicos da sociologia militar»*

Embora a importância da instituição militar não tenha escapado a Spencer, Comte, Max Weber, e apesar de terem as Forças Armadas sido objecto de atenção por parte de especialistas dos quais Clausewitz é com justiça o mais conhecido, e de pensadores políticos como Engels, Kautsky, Lenin, Rosa Luxemburgo, só nos anos 30, na Universidade de Chicago, à volta de Harold Lasswell e Quincy Wright (3) aparece o primeiro estudo sistemático dos múltiplos aspectos (militares, sociológicos, psicológicos, jurídicos) da geralmente considerada actividade por excelência das Forças Armadas — a Guerra.

É Lasswell (4) que define a instituição militar como a instância em que se processa a administração da violência organizada (*management of organized means of violence*).

Já na iminência da Segunda Guerra Mundial constitui-se, na New School for Social Research, um grupo interdisciplinar que publica um conjunto de ensaios sobre os custos e aspectos sociais da guerra (6).

No entanto é só durante a Segunda Guerra Mundial que a instituição militar aparece como um campo específico de estudo das ciências sociais. Em 1941 é criado pelo Governo dos Estados Unidos, o Army Research Branch, com o objectivo de estudar e solucionar problemas de natureza sociológica e psicológica levantados pela necessidade da rápida mobilização nacional para a guerra. É interessante notar que os sociólogos deste grupo foram *os primeiros sociólogos usados explicitamente como tal por um departamento do Governo norte-americano* \*. A pesquisa, que levou à elaboração da obra interdisciplinar *The American Soldier* (6), estimulou Merton e Lazarsfeld (7) para a discussão das suas implicações respeitantes à investigação aplicada e à teoria dos grupos.

Ainda no contexto do após-guerra é elaborado um clássico da sociologia militar: *Military Organization and Society* (8). Trata-se de um estudo sociológico comparativo em que Andreski expõe as suas teses sobre a interdependência entre a organização militar das sociedades e a distribuição das desigualdades (estratificação social), partindo de uma premissa básica: a omnipresença da luta (pelo poder, pelo prestígio) na vida das sociedades.

Também nos anos 50, Huntington lança-se no estudo aprofundado das relações civil-militares (9). Huntington sustenta que o tradicional «controlo civil subjectivo» sacrifica a eficiência militar à responsabilidade militar e que deverá ser substituído pelo «controlo civil objectivo» que asseguraria a eficiência, para além da responsabilidade. No «controlo civil subjectivo» a ideologia liberal antimilitar forçaria os militares a incorporar valores liberais como preço do seu poder político, o que comprometeria o profissionalismo. Sob o «controlo civil objectivo» o poder autónomo dos militares (corpo de oficiais) seria reduzido ao mínimo, devido à completa profissionalização, o que asseguraria que a instituição militar fosse um eficiente e dócil instrumento da política do Estado.

O primeiro estudo sociológico-compreensivo da instituição militar aparece poucos anos depois. *The Professional Soldier*, de Janowitz (10) apresenta

---

\* Não devemos deixar de mencionar o trabalho conduzido na Grã-Bretanha também durante a Segunda Guerra Mundial, no Tavistock Institute, que no entanto, para além do muito menor alcance, privilegia a orientação psicológica.

um perfil sociológico e político da instituição militar nos Estados Unidos, baseado na análise empírica de origens sociais, motivações profissionais, convicções políticas etc., e propõe que os militares se transformem numa «*constabulary force*»\* em apoio de «relações internacionais viáveis» numa situação em que o uso da força nas relações internacionais foi alterado de tal maneira que «parece mais apropriado falarmos de forças policiais (*constabulary*) do que militares». O que Janowitz designa por *constabulary force* não é porém uma força policial no sentido tradicional, enquanto se destina a operar no plano internacional, sendo-lhe adstrita a missão de conservar a paz, embora preparada para a eventualidade da guerra.

### *As grandes áreas da sociologia militar*

Seguindo de perto o critério proposto por K. Lang<sup>(1)</sup>, e adoptado substancialmente por Kourvetaris e Dobratz<sup>(2)</sup>, consideramos três as áreas fundamentais de que se ocupam os estudos de sociologia militar: profissão militar; organização; relações civil-militares.

#### *1. Profissão militar*

Apesar de ser a guerra uma actividade tão antiga como as sociedades humanas, a profissionalização do militar, no sentido sociológico, é um facto relativamente recente, tornado necessário pela complexificação tecnológica e organizacional.

Os modelos conceptuais a considerar quanto à profissão militar são análogos aos modelos conceptuais para as profissões civis: estruturalista, processual e pluralista.

O modelo *estruturalista*, (também designado por *attribute approach*) é representado por Huntington<sup>(3)</sup> e Janowitz<sup>(4)</sup>, que consideram cada profissão distinguível das outras através de «*core attributes*» específicos. Algumas divergências surgem quanto aos atributos considerados específicos, mas é em relação ao papel dos militares na política civil que os dois especialistas apresentam perspectivas nitidamente diferentes. Huntington propõe a neutra-

---

\* A expressão é intraduzível; a versão brasileira (*O Soldado Profissional*, Edições GRD — Rio de Janeiro 1967) opta pela tradução «força policial» o que não se nos afigura corresponder ao que Janowitz pretende designar por «*constabulary forces*».

lidade política das Forças Armadas, que deveriam isolar-se da Sociedade e concentrar-se apenas nos valores da eficiência, afastando considerações de carácter não militar.

Janowitz por seu lado defende a integração da profissão militar na sociedade, (com aceitação de valores e instituições civis), relacionada com um uso comedido da força.

O profissionalismo de Huntington é considerado <sup>(15)</sup> reflexo da tradição radical do profissionalismo militar norte-americano, politicamente conservador, e que resulta da reacção dos militares (corpo de oficiais) contra o controlo civil, contra a penetração de ideologias e valores civis — «controlo subjectivo», como diria o próprio Huntington.

O profissionalismo pragmático de Janowitz é tido pelos especialistas <sup>(16)</sup> como o mais adequado para enfrentar as dificuldades surgidas a nível das relações civil-militares no período do após-guerra do Vietnam. Os mesmos especialistas norte-americanos consideram que as transformações institucionais a operar devem ser cuidadosamente conduzidas de modo a evitar que a sensibilização às problemáticas sociais e políticas, resultante da integração na sociedade, não encoraje o activismo político.

O modelo *processual* adopta uma abordagem histórica, descrevendo o processo de desenvolvimento da profissão. Embora este tipo de abordagem seja referido principalmente à «Escola de Chicago», pelo que respeita as profissões civis, mais recentemente alguns especialistas têm-no adoptado no estudo da profissão militar <sup>(17)</sup>, <sup>(18)</sup>.

Van Doorn descreve o processo de profissionalização do corpo de oficiais como resultado da fusão de dois factores: profissional e organizacional. Abrahamsson <sup>(19)</sup> considera, no desenvolvimento da profissão militar, a presença de dois subprocessos: um referido à transformação histórica, às forças tecnológicas, económicas e sociais; outro, referido aos modos e processos de socialização profissional dos oficiais.

O modelo *pluralista* é o mais recente, podendo mesmo ser considerado como resultante dos problemas levantados no período posterior à guerra do Vietnam. Tentando conciliar teorias de Huntington e de Janowitz, insere-se na tradição estruturalista. Jordan e Taylor <sup>(20)</sup> consideram que a formulação lasswelliana da profissão militar como «administração da violência organizada» já não é adequada actualmente, pois os papéis de dissuasão, conservação da paz, acção cívica e apoio à pacificação fazem hoje parte das activida-

des desenvolvidas pelos militares. Moskos <sup>(21)</sup> dá como exemplo o papel dos *peace-corps* das Nações Unidas em Chipre.

Recentemente alguns especialistas desta corrente <sup>(22)</sup> têm defendido que a instrução superior dos oficiais em universidades civis constitua um pré-requisito para a promoção a postos de nível superior ao médio.

## 2. Organização

As Forças Armadas são organizações complexas, com muitos pontos de semelhança com organizações civis de grandes dimensões e complexidade. Existe contudo uma diferença fundamental: as forças militares organizam sistemas de ameaça (*threat systems*) e produzem contra-força (*counterforce*) <sup>(23)</sup>. O cálculo da «violência legítima» é específico da instituição militar e não deve ser colocado ao mesmo nível de outras características que possam distinguir as organizações militares das civis.

Tal como acontece pelo que respeita a outras organizações, o estudo da organização militar tem vindo a privilegiar ultimamente a abordagem estruturalista.

Em relação à questão da convergência/divergência estrutural entre sociedade civil e instituição militar, sublinha-se a tendência para a diminuição das diferenças. Para Janowitz esta convergência é devida em parte à contínua evolução no domínio tecnológico, que cria cada vez maior interdependência com a sociedade civil.

Por outro lado, Segal <sup>(24)</sup> faz notar que a convergência ou semelhança estrutural está em correlação negativa com a interdependência das instituições militares-civis. A especificidade, a definição e divisão de funções seria assim factor de necessária abertura em relação ao exterior; pelo contrário a convergência a nível das estruturas, sobretudo tecnológicas, poderá levar as instituições militares a uma autosuficiência perigosa.

*Recrutamento* — O recrutamento é um aspecto fundamental para a sobrevivência de qualquer organização. Pelo que diz respeito às Forças Armadas, a profissionalização implicou uma profunda transformação nos critérios de recrutamento do corpo de oficiais: «*from ascription to achievement*» segundo a conseguida expressão de Janowitz <sup>(25)</sup>.

A literatura sobre o recrutamento entre os anos 60 e 70 debruçava-se de preferência sobre a questão «serviço obrigatório ou serviço voluntário».

Ultimamente tem sido dada maior importância ao estudo dos problemas relativos ao recrutamento voluntário <sup>(26)</sup>, <sup>(27)</sup>, <sup>(28)</sup>, <sup>(29)</sup>, principalmente nos Estados Unidos onde os defensores do voluntariado esperam ver este sistema aplicado a todos os países do bloco ocidental.

Vários autores <sup>(30)</sup>, <sup>(31)</sup>, <sup>(32)</sup> fazem notar a tendência, nas Forças Armadas dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, para a redução da base social de recrutamento dos oficiais. Van Doorn <sup>(33)</sup> fala do declínio do «exército de massas» devido à adopção cada vez mais explícita do sistema do voluntariado — o que pode causar uma diminuição da representividade social e um reforço de ideologias conservadoras no seio das Forças Armadas <sup>(34)</sup>.

### 3. *Relações civil-militares*

No âmbito do estudo das relações civil-militares, a ciência política tem demonstrado maior interesse pelo aspecto Forças Armadas-Estado enquanto que a sociologia se tem ocupado predominantemente das ligações entre instituição militar e sociedade circunstante.

K. Lang considera que o conceito de «relações civil-militares» só faz sentido quando se verifique que «o sector institucional identificado como militar esteja a diferenciar-se a si próprio em relação à ordem social rodeante» <sup>(35)</sup>.

O facto de muitos estudos, aliás importantes, se inserirem num esquema bastante geral de considerações sobre o poder civil e o militar e sobre a delimitação de fronteiras entre Forças Armadas e sociedade, explica insuficiências ainda assinaláveis nas actuais tipologias de relações civil-militares, que diga-se de passagem, têm vindo a privilegiar a dimensão estrutural. Destas tipologias parece-nos merecerem particular atenção as elaboradas por Janowitz e Moskos.

Janowitz <sup>(36)</sup> apresenta quatro principais modelos — aristocrático-feudal; democrático; totalitário; estado-guarnição (*garrison-state*) — pelo que diz respeito à Europa Ocidental e Estados Unidos. Quanto aos países do chamado Terceiro Mundo, seriam cinco as formas predominantes, segundo o grau de militarismo e/ou de controlo civil sobre as Forças Armadas.

Moskos <sup>(37)</sup>, baseado na observação do caso norte-americano, indentifica três tipologias que no entanto são aplicáveis a outros casos: a militar-convergente, que realça a aproximação com as estruturas civis; a militar-diver-



gente, ou tradicional, que salienta a diferenciação entre estruturas militares e civis; a pluralista que supõe a bifurcação interna do sector militar segundo duas direcções simultâneas: tradicional-divergente e de convergência civil.

*Intervenção militar e militarismo* — A importância do problema das relações civil-militares, geralmente apercebida apenas pelos especialistas e pelos políticos, torna-se improvisamente aparatosa quando as Forças Armadas *intervêm de modo explícito* na condução política de uma sociedade.

Nos casos em que o peso do factor militar é predominante no Estado e na sociedade fala-se de militarismo. No entanto Kurt Lang <sup>(39)</sup> faz notar que, como conceito analítico, o conceito de militarismo só é operacional quando distingue as várias formas e níveis de dominação militar. Em certas sociedades, o peso dos militares é, por assim dizer, uma «condição natural», enquanto a ordem social e política incorpora este princípio, não pressupondo intervenção de força dos militares sobre o sector civil. Na maioria dos casos, porém, o militarismo instaura-se com o acesso ilegal dos militares ao poder, constituindo de certo modo uma forma de administração dos «negócios do Estado» quando os sectores economicamente dominantes vêm ameaçado o seu predomínio, como tem acontecido principalmente na América Latina.

Importante a chamada de atenção de Vagts <sup>(40)</sup>: no mundo actual, o *militarismo* tem muito pouco a ver com a *eficiência militar*.

O conceito de *intervenção* é mais descritivo que analítico, estando *intervenção* a significar «o papel, declarado ou encoberto, dos militares na política interna, por exemplo, um golpe de Estado» <sup>(40)</sup>.

A falada «neutralidade política» é assaz problemática, reconhece K. Lang <sup>(41)</sup>. Um estudo conduzido sobre 150 casos de alteração da ordem interna na Europa <sup>(42)</sup> permite concluir que a atitude típica das Forças Armadas em relação a uma alteração das estruturas políticas é de reticente acomodação. No entanto, «ameaças à ordem pública, resultantes do protesto da classe trabalhadora, foram esmagadas com êxito pelas Forças Armadas excepto nos casos em que a estrutura de controle militar se encontrava desintegrada devido a precedente derrota militar» <sup>(43)</sup>.

As causas da intervenção militar são analisadas por vários tipos de abordagem. Mais difundida é a aproximação social-estrutural, que usa variáveis predominantemente estruturais-funcionais. Conclui-se por exemplo que existe correlação negativa entre cada uma destas variáveis independentes:

industrialização, participação política, complexidade social, cultura cívica, estabilidade económica e política, e a variável dependente intervenção militar (44).

Contrariamente à aproximação estruturalista, a de tipo cultural-histórico sublinha os aspectos ideográficos das relações civil-militares. Estudos realizados por Janowitz e Van Doorn (45), Kourvetaris (46) e Finer (47) constatam que o comportamento passado e a tradição de intervenção têm peso preponderante, facilitando novas intervenções.

Das outras perspetivações explicativas — ideológicas, de contágio-reforço e internacional-geopolítica, referiremos apenas obras relacionadas com esta última, por ser mais usada. Segundo autores recentes, factores de ordem internacional e estratégica, principalmente nos países economicamente subdesenvolvidos, predominariam entre as causas da intervenção militar na política interna (48), (49).

Quanto às consequências da intervenção militar, tem prevalecido a tese da «modernização», que realça a particular aptidão da instituição militar para desempenhar um papel «modernizador» no desenvolvimento económico e político, principalmente nos países menos industrializados (50), (51). No entanto, esta teoria, que esteve em voga nos princípios dos anos 60, veio posteriormente a sofrer críticas que lhe apontam o óbice de ter sido erigida sobre o vácuo empírico (52), (53).

Por seu lado, Huntington (54) verifica que os militares têm agido como força modernizadora nas situações que implicavam «a entrada da classe média no sistema político», tornando-se «força de repressão quando a questão gira à volta das classes inferiores» (55).

*O complexo militar-industrial (military industrial complex — MIC)*  
— A discutida questão do complexo militar-industrial envolve o vasto problema do relacionamento de instituições civis e militares nos países industrialmente avançados. Ascende a Wright Mills (56) a ideia de uma estrutura nacional (norte-americana) de elites de poder, composta por militares, ricos associados e dirigentes políticos. Mas foi o alerta de Eisenhower contra o que definia de complexo-militar-industrial, no seu célebre discurso de despedida, que iniciou o interesse público pela questão, cujo debate se tem vindo a intensificar, registando-se já nos anos 70 o aparecimento de importantes estudos (57), (58), (59), (60), (61).

Ponto fundamental da discussão é a relação entre despesas militares e estagnação económica. Szymansky (42) contesta a tese de Baran e Sweezy (43) segundo a qual a indústria do armamento, funcionando como absorvente de mais-valia e reduzindo o problema do desemprego é um corolário do crescimento económico no capitalismo monopolista. Szymanski, a partir da observação de dados relativos a 18 países de capitalismo avançado, sustenta que as despesas militares reduzem o desemprego mas não evitam a estagnação económica e que no capitalismo monopolista as despesas não militares contribuem mais do que as despesas militares para alcançar maior crescimento económico. Em resumo, o hiperdesenvolvimento da indústria de armamento não seria necessário ao capitalismo monopolista. As formulações de Szymanski são por sua vez criticadas por outros autores como Sweezy e Friedman (44) que consideram inadequada a metodologia usada.

A questão do MIC ainda não está suficientemente analisada, o que é compreensível se atendermos ao facto que o problema da corrida aos armamentos é relativamente recente. Mas apesar da grande dificuldade pelo que respeita a obtenção de dados, tem merecido crescente atenção por parte dos especialistas.

O estudo das possibilidades concretas de reconversão de indústrias de material bélico, da viabilização económica da limitação dos armamentos, da utilização das várias formas de energia para fins pacíficos é tarefa de cientistas, mas a sua concretização depende sobretudo dos políticos.

*Maria Carrilho*

Licenciada em sociologia pela Universidade de Roma  
Assistente na Universidade de Lisboa  
Bolseiro do INIC

## BIBLIOGRAFIA

- (1) JANOWITZ, M. — *Armed Forces and Society: a World Prospective*, in *Armed Forces and Society*, Mouton & Co., The Hague 1968.
- (2) JOXE, A. — *Examen critique des recherches quantitatives appliqués aux recherches sur les causes de la violence. Comunicação na «Reunião Interdisciplinar de Especialistas sobre o Estudo das Causas da Violência»* Unesco, Paris, 1975.
- (3) WRIGHT, Q. — *A Study of War* (2.<sup>a</sup> edição que inclui um comentário sobre a guerra a partir de 1942), The University of Chicago Press, Chicago, 1965
- (4) LASSWELL, H. D. — *The Garrison State*, *American Journal of Sociology*, 1941, 46, pp. 455-468.
- (5) SPEIER, H. & KAHLER, A. (Eds) — *War in our Time*, W. W. Norton Norton New York, 1939. (17 ensaios da autoria dos membros da New School for Social Research).
- (6) STOFFER, S. A. e outros — *The American Soldier*, Princeton University Press, Princeton, N. J., 1949.
- (7) MERTON, R. K. LAZARSELD, P. F. (Eds) — *Continuities in Social Research: Studies in the Scop and Method of «The American Soldier»*. Free Press, New York, 1950.
- (8) ANDRZEJEWSKI, S. (grafia corrente, tal como aparece nas citações e na bibliografia elaborada por Kurt Lang: Andreski). *Military Organization and Society* Routledge & Kegan Paul Ltd, London 1954.
- (9) HUNTINGTON, S. P. — *The Soldier and the State; the Theory and Politics of Civil-Military Relations*. Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1957.
- (10) JANOWITZ, M. — *The Professional Soldier: a Social and Political Portrait*. Free Press, New York, 1960
- (11) LANG, K. — *Military Institutions and the Sociology of War* — A review of the literature with annotated bibliography. Sage Publications, London, 1972.
- (12) KOURVETARIS, G. A. & DOBRATZ B. A. — *The present state and development of sociology of the military*. *Journal of Political and Military Sociology*, 1976, Vol. 4: 67-105.
- (13) HUNTINGTON, S. P. — *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations*. Harvard University Press, Cambridge, 1957.
- (14) Op. cit. (10).
- (15) LARSON, A.D. — *Military Professionalism and civil control: a comparative analysis of two interpretations*. *Journal of Political and Military Sociology*, 1974, Vol. 2: 57-72.
- (16) idem
- (17) WILENSKY, H. — *The Professionalization of Everyone?* — *American Journal of Sociology*, 70, 1964 (Sept.): 137-158.
- (18) ABRAHAMSSON, B. — *Military Professionalization and Political Power*. Sage Publications, Beverly Hills, 1972.
- (19) VAN DOORN, J. — *The Officer Corps: A Fusion of Profession and Organization* — *European Journal of Sociology*, 6— (August), 1965: 262-282.
- (20) JORDAN, A. & TAYLOR, W. J. — *The Military Man in Academia: Annals* 406, Março 1973: 129-145.
- (21) MOSKOS, C. C. — *Peace Soldiers*. University of Chicago Press. Chicago, 1975.
- (22) TAYLOR, W. J. & BLETZ, D. F. — *A Case for Officer Graduate Education* — *Journal of PMS*, 2, (1974): 251-267.
- (23) BOULDING, K. E. — *Towards a Peace Theory of Threat Systems* — *American Economic Review* 53, 1963: 424-434.
- (24) SEGAL, D, and J. Blair, F. Newport, and S. Stephens — *Convergence, Isomorphism, and Interdependence at the civil — Military Interface* — *Journal of PMS*, 2 (1974): 157-172.
- (25) Op. cit. (10).
- (26) JANOWITZ, M. — *Strategic Dimensions of an All-Volunteer Armed Force.: 127-167*, in Sarkesian, S. C. — *The Military Industrial Complex: A Reassessment*, Sage Publications Beverly Hills, (California) 1972.

- (27) JANOWITZ, M. — *The Social Demography of the All-Volunteer Armed Force* — *Annals* 406 (Março, 1973): 86-93.
- (28) TOTH, M. A. — *The New Draft Lottery: Some Research Implications* — *American Sociologist*, 6 (1971): 38-40.
- (29) GARNIER, M. A. — *Some Implications of the British Experience with an All-Volunteer Army* — *Political and Sociological Review*, 1973, Abril: 177-191.
- (30) MOSKOS, C. C. — *Armed Forces and American Society: Convergence or Divergence?* pp. 261-294 in Moskos — *Public Opinion and the Military Establishment* — Sage Publications, Beverly Hills, 1971.
- (31) JANOWITZ, M. — *The Emergent Military*, pp. 255-270, in Moskos ed — (acima citada).
- (32) KOURVETARIS G. A. & DOBRATZ B. A. — *Social Origins and Political Orientations of Officer Corps in A World Perspective*, University of Denver, Denver Colorado, 1973.
- (33) VAN DOORN — *The Decline of the Mass Army in the West: General Reflections* *Armed Forces and Society*, 1, 1975: 147-157. Sobre a mesma questão ver também: de Van Doorn, *The Soldier and Social Chang*. Sage Publications, Berverly Hills/London, 1975.
- (34) Op. cit. (32)
- (35) Op. cit. (31).
- (36) JANOWITZ, M. — *Military Organization*, in Roger Little (ed.) — *Handbook of Military Institutions*, Sage Publications, Beverly Hills, 1971.
- (37) MOSKOS, C. C. — *The Emergent Military-Civil, Traditional or Plural?* *Political and Sociological Review*, 16 — 1973: 255-280.
- (38) Op. Cit. (31).
- (39) VAGTS, A. — *A History of Militarism* — Meridian Books, New York 1959.
- (40) Op. cit. (32) — p. 88
- (41) Op. cit. (11).
- (42) CHORLEY, K. — *Armies and the Art of Revolution* — Faber & Faber, London 1943.
- (43) Op. cit. (11) p. 110.
- (44) SIEGENGA, J. — Book Reviews of «On Military Interventions», «*The Military Industrial complex*» and «*Peace, War, and Numbers*». *American Journal of Sociology*, 79 (1973): 767-776.
- (45) JANOWITZ, M. & VAN DOORN, J (Eds.) — *On Military Intervention* — Rotterdam University Pres. Rotterdam, 1973. *On Military Ideology* — Rotterdam University Press, Rott. — 1971.
- (46) KOURVETARIS, G. A. — *The Greek Army Officer Corps: Its Professionalism and Political Interventionism* — in Morris Janowitz and Jacques Van Doorn (eds) — Op. Cit.
- (47) FINER, S. E. — *The Man on Horseback: The Role of the Military in Politics* — Fred A. Praeger, New York, 1962. *The Man on Horseback* — 1974: *Military Regimes. Armed Forces and Society*, (1974): 5-27.
- (48) KOURVETARIS, G. A. — *The Role of the Military in Greek Politics*. *International Review of History and Political Science*, 8 (1971): 91-114.
- (49) WELLS, A. — *The Coup d'État in theory and Practice: Independent Black Africa in the 1960's* — *American Journal of Sociology*, 79 (1973): 441-443.
- (50) SHILS, E. — *The Military in the Political Development of the New States*, in John J. Johnson (ed) — *The Role of the Military in Underdevelopped Countries*. Princeton University Press, Princeton, 1962.
- (51) HALPERN, M. — *Middle Eastern Armies and the New Middle Class*, in John J. Johnson ed., op. cit.
- (52) BIENEN, H. (ed) — *The Military and Modernization*, Aldine, Chicago, 1971.
- (53) FIDEL, K. — *Militarism in Developing Countries*. Transaction, Inc. New Brunswicky, New Jersey, 1975.
- (54) HUNTINGTON, S. — *Political Order in Changing Societies*. Yale University New Haven, 1968.
- (55) Op. cit. (32).
- (56) MILLS, C. — *The Power Elite*. Oxford University Press, New York, 1956.
- (57) MAGDOFF, H. — *The Age of Imperialism*. The Economics of U. S. Foreign Policy Modern Reader, New York, 1969.

- (<sup>58</sup>) MELMAN, S. — *Pentagon Capitalism. The Political Economy of War*. Mc Graw — Hill Book Company, New York, 1970.
- (<sup>59</sup>) PURSELL, C. W. J. (ed.) — *The Military — Industrial Complex*. Harper & Row, New York, 1972.
- (<sup>60</sup>) LIEBERSON, S. — *An empirical study of Military — Industrial Linkages*. American Journal of Sociology — 1971 (January): 563-584.
- (<sup>61</sup>) SARKESIAN, SAM C. — *The Military Industrial Complex: A Reassessment*. Sage Publications, Beverly Hills, 1972.
- (<sup>62</sup>) SZYMANSKI, A. — *Military Spending and Economic Stagnation*. American Journal of Sociology, 79 1973 (July): 1-14.
- (<sup>63</sup>) BARAN P. & PAUL SWEEZY — *MONOPOLY CAPITAL — An Essay on the American Economic and Social Order*. Monthly Review Press, New York, 1966.
- (<sup>64</sup>) SWEEZY P. — *Comments on Szymanski's Paper «Military Spending and Economic Stagnation»*. American Journal of Sociology 79-1973 (November): 109-710.

## INDICE DE AUTORES

- |  |  |
|--|--|
| Abrahamsson, B. — ( <sup>18</sup> )  | Lasswell, H. D. — ( <sup>4</sup> ).                                      |
| Andrzejewski, S. — ( <sup>9</sup> ).   | Lazarsfeld, P. F. (ed.) — ( <sup>7</sup> ).                              |
| Baran, P. — ( <sup>63</sup> ).   | Magdoff, H. — ( <sup>57</sup> ).   |
| Bienen, H. (Ed.) — ( <sup>52</sup> ).  | Melman, S. — ( <sup>58</sup> ).  |
| Blair, J. — ( <sup>24</sup> ).   | Merton, R. K. — ( <sup>7</sup> ).  |
| Bletz, D. F. — ( <sup>22</sup> ).  | Mills, C. W. — ( <sup>56</sup> ).  |
| Boulding, K. E. — ( <sup>23</sup> ).   | Moskos, C. C. — ( <sup>21</sup> ), ( <sup>11</sup> ), ( <sup>27</sup> ). |
| Chorley, K. — ( <sup>12</sup> ).   | Newport, F. — ( <sup>24</sup> ).   |
| Dobratz, B. A. — ( <sup>12</sup> ).  | Pursell, C. (ed.) — ( <sup>59</sup> ).                                   |
| Finer, S. E. — ( <sup>47</sup> ).  | Sarkesian, S. C. — ( <sup>65</sup> ).                                    |
| Fidel, K. — ( <sup>53</sup> ).   | Segal, D. — ( <sup>24</sup> ).   |
| Garnier, M. A. — ( <sup>25</sup> ).  | Shils, E. — ( <sup>50</sup> ).   |
| Halpern, M. — ( <sup>61</sup> ).   | Spier, H. — ( <sup>5</sup> ).  |
| Huntington, S. — ( <sup>9</sup> ), ( <sup>13</sup> ), ( <sup>54</sup> ).   | Stephens, S. — ( <sup>24</sup> ).  |
| Janowitz, M. — ( <sup>1</sup> ), ( <sup>16</sup> ), ( <sup>17</sup> ), ( <sup>27</sup> ), ( <sup>31</sup> ), ( <sup>44</sup> ), ( <sup>45</sup> ). | Stegenga, J. — ( <sup>44</sup> ).  |
| Jordan, A. — ( <sup>20</sup> ).  | Stouffer, S. — ( <sup>5</sup> ).   |
| Joxe, A. — ( <sup>2</sup> ).   | Sweezy, P. — ( <sup>63</sup> ), ( <sup>64</sup> ).                       |
| Kahler, A. (ed.) — ( <sup>5</sup> ).   | Szymanski, A. — ( <sup>62</sup> ).                                       |
| Kourvetaris, G. A. — ( <sup>12</sup> ), ( <sup>46</sup> ), ( <sup>48</sup> ).  | Taylor, W. J. — ( <sup>20</sup> ), ( <sup>26</sup> ).                    |
| Lang, K. — ( <sup>11</sup> ).  | Toth, M. A. — ( <sup>28</sup> ).   |
| Larson, A. D. — ( <sup>16</sup> ).   | Vagts, A. — ( <sup>59</sup> ).   |
|  | Van Doorn, J. — ( <sup>19</sup> ), ( <sup>28</sup> ), ( <sup>48</sup> ). |
|  | Wilensky, H. — ( <sup>17</sup> ).  |
|  | Wright, Q. — ( <sup>2</sup> ).   |